

CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO EM ABRIL VAI FORTALECER A GREVE

Como já é sabido, os reitores recusaram, com evasivas, a proposta do Fórum de reunião para ontem, 3 de maio. O Fórum reuniu-se, então, para discutir os rumos do movimento e trouxe a confirmação das nossas previsões: a arrecadação do ICMS em abril foi 6,5% superior à estimativa orçamentária.

Mesmo sem ter, ainda, conhecimento desse fato, as mil pessoas, dentre estudantes, funcionários e docentes, reunidas no Ato Público realizado em frente à Reitoria, na manhã do último dia 2 de maio (terça-feira), já haviam manifestado uma forte vontade de luta. Vontade que saiu reforçada com a reunião plenária da Assembléia Permanente da Adunicamp. Com a presença de 176 docentes, a plenária aprovou, com apenas dois votos em contrário, a continuidade da greve. Essa reunião foi a maior desde o início do nosso movimento e contou com a participação de estudantes e funcionários que a acompanharam de perto.

Mais do que a confirmação da greve, a plenária aprovou a avaliação política proposta pela diretoria segundo a qual o movimento está entrando numa nova fase. Qual é ela? A da intensificação do debate sobre a responsabilidade ou não da greve, sobre a racionalidade ou não das nossas propostas. Os artigos do reitor da USP, Jacques Marcovitch, e do ex-reitor daquela universidade, José Goldemberg, avançaram nessa direção ao mostrar a sua visão do movimento. Trata-se,

como vem se tornando rotineiro na nossa sociedade, de culpabilizar quem reivindica, com justeza, a recuperação do poder de compra do seu salário. Marcovitch relembra, em tom de advertência, que a última greve das federais durou mais de cem dias e nada obteve. E alega que a grande prejudicada foi a sociedade brasileira. Articula a idéia da inutilidade da greve com a acusação aos grevistas de serem responsáveis pela destruição da Universidade. Vai mais além, atacando frontalmente os grevistas técnico-administrativos. Goldemberg segue a mesma linha de raciocínio.

Na realidade, nos defrontamos com um passivo criado por múltiplas gestões anteriores das Universidades. Os reitores passados optaram por não enfrentar a luta pelos recursos para as Universidades e os atuais agem de acordo com a tese de fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo. O aumento de recursos é caracterizado como atípico e a sua diminuição é vista como a confirmação da penúria. Na realidade, há muito os trabalhadores das universidades sustentam com seu trabalho a continuidade da instituição. Aumentou o número de alunos de graduação e de pós, aumentou o número de teses, de pesquisas; e o salário continua comprimido. Em termos superficiais, isso aparece como aumento da produtividade, quando, na verdade, é, sobretudo, aumento da exploração da força de trabalho universitária. Não podemos mais aceitar a tese de que esse aumento da exploração seja com-

patível com a qualidade da produção.

Por isso estamos entrando em um momento delicado da greve. Se, por um lado, nosso movimento continua crescendo e o reajuste de 7% a partir de abril, oferecido pelos reitores, juntamente com o abono de 28% pago no final desse mês, não tiveram o efeito desmobilizador, como provavelmente esperava o Cruesp, por outro, teremos que fazer frente à possibilidade de um movimento que, do ponto de vista das reitorias (a depender, em grande medida, das suas manobras), pode alongar-se muito. Este é o sentido da fala de Marcovitch. Contam com nosso cansaço, constroem socialmente o desânimo e apostam na desesperança. Manter o movimento vivo é hoje a forma mais racional de defender a Universidade Pública. Se os recursos forem, cada vez mais, procurados em fontes "privadas", nossa Universidade tenderá a se tornar um balcão de pesquisas e serviços para atender aos interesses das empresas. É um claro sinal do grau de privatização que já interfere brutalmente com o destino da nossa prática acadêmica. E este é o divisor de águas entre os nossos projetos de universidade e os deles.

Mais do que nunca, devemos manter alta a disposição de luta dos docentes e fazer tudo que for necessário para que, de fato, se abram as negociações. Fortalecer o comando de greve e a luta conjunta das três universidades é hoje defender o futuro da nossa sociedade.

H O J E (04/05):

PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Às 14 horas — Auditório Maurício Tragtenberg (Adunicamp).

Pauta:

avaliação da greve e encaminhamentos (mobilização).

Carta do Cruesp insiste no desmembramento do estudo do Fórum por universidade

No momento em que estávamos fechando este Boletim, chegou a notícia de que o Fórum das Seis acabara de receber uma carta do Cruesp propondo uma reunião para a próxima terça-feira, 9 de maio, condicionada, entretanto, à apresentação, por parte nossa, de estudos sobre o impacto do reajuste de 25% sobre a arrecadação do ICMS que sejam diferenciados por universidade. Por que o Cruesp insiste em receber de nós dados que possui? Não seria essa uma estratégia para protelar a negociação? Na Assembléia de hoje discutiremos a avaliação do Fórum desse documento. Essa avaliação ainda está em curso esta noite.

Por que não debater?

O debate sobre os destinos da nossa Universidade parece avançar, ainda que por linhas tortas. A mesma reitoria que vem se negando a debater nosso estudo sobre a questão salarial e que sequer libera sua previsão de arrecadação do ICMS acordou para o debate. Muitas tem sido as reuniões com diretores de unidades, coordenadores de cursos de graduação e pós, ATDs, etc., etc. Parece que despertaram para a necessidade do debate. Pena que o façam de maneira segmentada, buscando construir apoio para suas teses, mais do que esclarecer questões. Quem quer racionalidade no debate tem de se colocar a tarefa de informar a todos os interessados (e não apenas a alguns). A Adunicamp convidou a reitoria para um debate público na nossa Assembléia, o que foi recusado. Aceitamos o convite da TV para debater a questão com a reitoria, mas esta, novamente, recusou. Quem sabe chegou a hora de esse debate se processar? Se, na USP, o reitor Marcovitch aceitou ir a Assembléia da Adusp, por que nosso reitor não pode fazer o mesmo? Continuam na ordem do dia o debate e o nosso convite.

Agenda da Greve

Dia 04/05 (quinta-feira):

9h
Assembléia relâmpago no IQ.

10h
Vídeo: “**Todas as manhãs o mundo**”.
Direção: Alain Corneau.
Exibição seguida de debate sob a coordenação do professor Milton José de Almeida, coordenador do Laboratório de Estudos Audiovisuais-olho. Auditório Maurício Tragtenberg, na Adunicamp.

14h
PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA PERMANENTE
Auditório Maurício Tragtenberg, na Adunicamp.
Pauta: avaliação da greve e encaminhamentos (mobilização).

17h
Happy hour com música ao vivo.
Na cantina da Adunicamp (bebidas por conta do docente).

Dia 05/05 (sexta-feira):

9h
Assembléia relâmpago na FEQ.

9h30
Debate: “**A CPI da educação**”. Auditório da Adunicamp.

Debatedores:

César Callegari
Deputado Estadual do PSB (2º mandato)
Presidente da CPI da educação
Membro da Comissão da Educação da Assembléia Legislativa de SP

José Alfonso Klein
Professor Efetivo de Filosofia da Rede Estadual
Professor de Sociologia da FESP e nas Faculdades Integradas
Ribeirão Pires
Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Mauá
Candidato à Presidência da Apeoesp pela Oposição Alternativa em 1996

Águeda Bernadete Bittencourt
Diretora da Faculdade de Educação/Unicamp
Pós-doutorado na École Normale Supérieure, Fontenay, França (1996)
Coordenadora Associada da Pedagogia (1993 e 1994)
Membro da Diretoria do Cedes (1987 e 1989)

Em defesa da greve e das universidades públicas paulistas

Wilmar R. D'Angelis

Os grandes jornais do estado de São Paulo, **Estadão** e **Folha**, abrem espaço, nas suas páginas de opinião no pós-1º. de maio, ao professor Jacques Marcovitch, reitor da USP (Folha, pg. 1-3) e ao professor José Goldemberg, ex-reitor da mesma universidade (Estado, pg. A-2). Como não poderia deixar de ser, o tema é a greve dos professores, funcionários e alunos nas três universidades estaduais paulistas. Coincidência ou orquestração, os dois textos merecem alguma resposta.

Destaquem-se os pontos coincidentes, em conteúdo e estilo, entre os textos do reitor e do ex-reitor.

1. Ambos lançam mão de afirmações taxativas, apresentadas como verdades inquestionáveis. Goldemberg diz que *“a administração das universidades, nos últimos anos, tem sido totalmente transparente”*. Onde quer que Goldemberg tenha estado nos *últimos anos*, a afirmação mostra que não foi dentro das universidades estaduais paulistas. O mesmo ex-reitor afirma que as universidades públicas estão sendo *“ameaçadas por alguns de seus integrantes”*, identificados por ele como *“os sindicatos de trabalhadores e associações de docentes das universidades paulistas”*. O texto, nesse ponto, contrapõe-se e explica o título do artigo de Goldemberg (*Em defesa das universidades públicas*), o pretende colocar o leitor diante de um fato: há uma ameaça às universidades, e ela parte de professores e funcionários das próprias universidades. Para Marcovitch, greve na universidade *“é um processo corrosivo”* que *“gera perdas irreparáveis”*: *“Interrompe a pesquisa, desmobiliza a inteligência acadêmica e cria falsos antagonismos”*. Todas essas afirmações categóricas são questionáveis. Aliás, são falsas. Nenhuma pesquisa está ou estará interrompida. As atividades de pesquisa estão **suspensas**. Suspender atividades de pesquisa, por certo tempo, como forma de garantir melhores condições de pesquisa ao final de um movimento reivindicatório, é uma opção absolutamente justificada, e é disso que se trata quando docentes pesquisadores resolvem desencadear uma greve. Aquilo que o reitor chama de *“inteligência acadêmica”* é algo que não se desmobiliza. Ao contrário, o movimento grevista mobiliza toda a massa da inteligência acadêmica, de funcio-

nários docentes e não-docentes, para a grande questão da universidade pública hoje: a ameaça de sua sobrevivência. As greves têm sido, ao longo da última década, momentos privilegiados de discussão sobre o futuro da universidade. E até mesmo o ex-reitor Goldemberg, que quer inverter responsabilidades, centra seu discurso de ataque à greve na discussão da sobrevivência da universidade pública. Por último, a idéia de que a greve *“cria falsos antagonismos”* é apenas uma das formas do reitor Marcovitch afirmar uma vocação anti-democrática. Ao recusar a pecha de *“patrão”*, aponta para o movimento grevista exatamente da perspectiva patronal. Se é correto evitar uma identificação da universidade pública com uma empresa capitalista (coisa que fazem os que defendem certos critérios oficiais de produtividade e adotam o conceito empresarial de “qualidade total”), também é forçoso abandonar de uma vez uma visão missionária da tarefa docente: docentes são trabalhadores, como o são os milhares de funcionários não-docentes das universidades. Como tais, recebem por seu trabalho, estão inseridos no mercado de trabalho nacional, e reconhecem a valorização ou desvalorização do seu trabalho também por meio do seu salário. A greve não cria *“falsos antagonismos”*, antes, costuma revelar antagonismos ideológicos e políticos que perpassam a universidade e toda a sociedade brasileira.

2. Ambos os textos, do reitor e do ex-reitor, buscam desqualificar o movimento grevista, inclusive seus colegas docentes, com o uso nada inocente de adjetivos. Por que o CRUESP insiste em receber de nós dados que possui? Não seria isso uma estratégia para Na Assembléia de amanhã estrategicamente colocados. Goldemberg afirma que o bom desempenho didático, científico e cultural das universidades públicas paulistas *“está sendo ameaçado pela atitude intransigente dos sindicatos e associações”*, uma vez que tais entidades estão sustentando um movimento grevista que Goldemberg caracteriza como *“uma campanha salarial irresponsável”*. Marcovitch, por sua vez, afirma que *“as entidades têm como parâmetro uma estimativa discutível da inflação e da evolução do ICMS em São Pau-*

lo”, o que é uma forma sub-reptícia de sugerir serem “indiscutíveis” os parâmetros “oficiais” das reitorias.

3. Ambos distorcem fatos, contam meias-verdades, para criar no leitor uma antipatia e compreensão equivocada do movimento grevista. Goldemberg afirma que o movimento grevista pleiteia *“um aumento de 30%, quando o índice de reposição salarial da Fipe é de *7%”*. Ocorre que a campanha salarial das três universidades estaduais paulistas não está reivindicando aumento. Reivindica-se apenas reposição de perdas salariais, e tão somente dos últimos 5 anos. Se, a cada ano que os reajustes concedidos aos salários forem inferiores ao índice de reposição, os trabalhadores considerarem a perda irreversível, em menos de 10 anos os salários se reduziriam a um décimo. Daí ser, não apenas legítimo, mas indispensável que a campanha salarial não faça referência apenas aos 12 meses anteriores, principalmente em momentos de crescimento dos recursos disponíveis, que é o caso desse ano para as universidades de São Paulo. O mesmo Goldemberg afirma taxativamente que as universidades públicas paulistas *“recebem quase 10% do orçamento do Estado”*. O erro é imperdoável, para quem já foi reitor. Os recursos destinados às universidades são uma parcela (9,57 %) da quota-parte do ICMS que cabe ao governo do Estado. Mas o **orçamento** do Estado inclui várias outras fontes de receita, que o elevam a quase o dobro do valor do ICMS. Marcovitch, por seu lado, afirma, a respeito dos atuais salários nas universidades: *“Evidentemente essa remuneração não é a ideal, mas é a remuneração possível”*. Com essa simples frase, conta uma mentira e pretende que o leitor infira outro equívoco. A mentira, contestada pelos números exaustivamente apresentados pelo movimento grevista (contestados, mas não rebatidos pelos reitores) é que a *“remuneração possível”* corresponde ao reajuste oferecido (7%). Pode-se alegar que tudo depende do que significaria o termo *“possível”*. Nesse caso, seria apenas mais uma estratégia evasiva do reitor. Já o equívoco a que Marcovitch tenta induzir o leitor é que os professores e funcionários das universidades estejam exigindo demais: uma *remuneração ideal*. Ao contrário, o que o movimento grevista tem apontado é que há

recursos para uma recuperação **possível** dos níveis salariais de 5 anos atrás. A remuneração ideal seria aquela que ao menos equiparasse os salários dos docentes nas universidades públicas com aqueles das particulares. Ou o retorno ao poder aquisitivo dos salários das universidades estaduais há 20 anos! Ninguém pediu *remuneração ideal*, e essa é outra inverdade a que o texto do reitor nos leva. Daí que não é “*a questão salarial dos professores e funcionários*” a “*motivadora da greve*”. A greve é motivada pela **política salarial** dos senhores reitores, ao que tudo indica, orientados pelas Secretarias de Governo do sr. Mário Covas.

4. Ambos os textos, do reitor e do ex, atribuem (ou buscam levar o leitor a atribuir) ao movimento docente e de funcionários, responsabilidades que são da administração das universidades. Goldemberg diz que essa campanha salarial coloca em risco o papel da universidade pública, com “*sérias consequências*”. Marcovitch alerta para as “*perdas irreparáveis*” com a greve na universidade. Goldemberg não percebe ou não quer perceber que o achatamento salarial é que vem provocando evasão de quadros altamente qualificados das universidades públicas, e que esse fato é que coloca em risco o papel dessas universidades, cuja qualidade de ensino já vem apresentando queda. Já Marco-vitch, como reitor, quer fazer crer que a greve é iniciativa unilateral dos docentes e funcionários, como se fosse pura provocação, esquivando-se assim de sua responsabilidade direta no movimento. A greve foi adotada como último recurso contra reitorias insensíveis às comunidades que deveriam representar e como forma legítima, ainda que extrema, de provocar uma revisão na postura intransigente — esta sim — do Cruesp.

5. Ambos os textos sugerem haver uma situação de contraste entre equívocos e irresponsabilidade, que caracterizaria o movimento grevista, e clareza e responsabilidade, que caracterizariam a posição dos reitores. A velha dicotomia entre bandidos e mocinhos, entre radicais e sensatos, entre a “*turba*” e os iluminados. Assim vivemos sob o governo Collor, assim vamos vivendo nos governos de Fernando Henrique, assim aprenderam e praticam os reitores e ex-reitores. Para Marco-vitch, o parâmetro das entidades re-

presentativas dos docentes e funcionários é “*uma estimativa discutível*” a respeito da inflação e do ICMS, enquanto “*a reitoria lida com um quadro mais abrangente ... que envolve a manutenção de todas as atividades acadêmicas*”. Goldemberg, na mesma linha, sugere aos “*sindicatos de trabalhadores e associações de docentes das universidades paulistas*” que “*devem refletir maduramente*”, pensando nas “*consequências de uma campanha salarial irresponsável*”. Para que lado o leitor deveria pensar? Para os que trabalham com dados restritos e duvidosos? Ou para os que enxergam mais ampla e corretamente? Para o lado dos que defendem uma reflexão madura? Ou para os que se engajam em campanhas irresponsáveis?

6. Ambos criam cenários catastrofistas, para causar impacto e reforçar a idéia de um movimento grevista inconseqüente. Goldemberg afirma que “*umentos maiores*” do que o **reajuste** de 7% oferecido pelos reitores, levaria à “*deterioração progressiva das instalações da universidade*”, ou então “*à perda da autonomia financeira, porque as universidades teriam de solicitar recursos adicionais ao governo do Estado*”. Nesse último caso, acabariam em situação semelhante à das universidades federais que, por “*pleitear freqüentemente ao governo recursos adicionais*”, acabam “*sob a tutela real do Ministério da Educação*”. Goldemberg não faz a menor idéia da deterioração progressiva, já em andamento, da qualidade do ensino e do atrelamento progressivo, nem sempre saudável, da pesquisa universitária pública a interesses privados, fatos evidentes para quem convive hoje no meio universitário. O alerta para os riscos de uma tutela do governo estadual só pode ser tomado como piada. Nem se pretende romper ou colocar em risco a autonomia com os reajustes reivindicados, nem é possível pôr em risco o que não existe: independência dos reitores com relação ao governo do Estado. A política salarial do Cruesp, ao que tudo indica, atende a orientações também do governo Mário Covas, interessado em conter ou impedir o crescimento de um movimento reivindicatório do funcionalismo estadual como um todo.

Mas, seria injusto concluir essa pequena apreciação dos artigos do professor Marcovitch e do professor Goldemberg, sem destacar a originalidade do primeiro. Não é em todos os aspectos que Marcovitch e Goldemberg se igualam nos seus escritos. A razão

talvez seja, até, meramente circunstancial: o fato de Marcovitch ser reitor em exercício. O ponto em que se destaca a originalidade do reitor, está na forma como encerra seu artigo: com uma ameaça velada contra o movimento grevista.

Marcovitch buscou produzir, ao longo do seu artigo, uma imagem de “bom moço”, da turma do “deixa disso”, inclinado ao “diálogo” e disposto a elogiar os que, como a Adusp e o DCE, “*mesmo equivocados*” (faz questão de dizer), atuariam “*civilizadamente*”. Pretendia, assim, dividir as entidades, e acusar o Sintusp de “*radicalizado*” e pouco “*civilizado*”. Pediu, até explicitamente, que todos voltassem à sala de aula, abrindo “*espaços na grade curricular para repensar as questões acadêmicas*”. Mas concluiu ameaçando, em um estilo polido-autoritário que, nesse país, todos sabemos reconhecer: ao pedir uma “*grande reflexão interna*” para “*a pacificação dos ânimos*”, Marcovitch sugeriu que “*a greve não é o caminho*” para um “*debate objetivo dos problemas*” e lembrou, como quem não quer nada e como se fosse possível avaliar fatos políticos tão superficialmente: “*em 106 dias de paralisação nas universidades federais todos perderam: os alunos, os professores e o país*”. Faltou dizer: manda quem pode, obedece quem tem juízo.

O sr. Marcovitch e o sr. Goldemberg — na curiosa coincidência que os faz “cobrir”, no mesmo dia, todo o estado de São Paulo com suas tendenciosas interpretações e suas pouco honestas informações acerca da greve nas universidades paulistas — cumprem um papel que, infelizmente, não surpreende a ninguém, na comunidade acadêmica. E isso mostra que não é a greve que cria antagonismos, nem eles são falsos, como quer Marcovitch. Defender a universidade pública é contrapor-se a esse discurso, que não é só uma coleção de inverdades ou mera peça de uma guerra de informação diante do movimento grevista: trata-se de um discurso perverso que, dizendo defender a universidade pública, de fato está comprometido com as políticas de governo que transferem, dia a dia, recursos de origem pública, humanos e financeiros, para o enriquecimento e prosperidade da iniciativa privada.

O povo de São Paulo, as universidades públicas paulistas e a comunidade acadêmica não merecem isso. É hora de pedir a esses reitores e ex-reitores que reflitam de forma “*madura*”, que “*pacifiquem seus ânimos*” e,

Ainda estamos tendo dificuldade de contactar docentes por e-mail. Se você tem acesso à lista da sua unidade, por favor, divulgue as mensagens da Adunicamp. Caso você não possa fornecer essa lista, faça-o com urgência.